

PORTARIA Nº 4098/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 135071/2023, conforme abaixo relacionado
NOME: NELSON EDIVAL BRAGA CASTRO
CARGO/FUNÇÃO: CORPO OP MILITAR (SARGENTO PM) - MP.FG.GM II
MATRÍCULA: 333.330
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994.

ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Tucuruí/Pará

PERÍODO(S): 16/07/2023 - 17/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (uma e meia) diárias

FINALIDADE: Cumprimento de mandados judiciais

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 25 de julho de 2023.

RICARDO DE ARAUJO MOURA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Protocolo: 967092

OUTRAS MATÉRIAS**Extrato de PORTARIA Nº 021/2023-MPPA/7ºPJ/ATM**

A 7ª Promotora de Justiça Cível e de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Altamira, com fundamento no art. 54, VI e §3º, da Lei Complementar nº 057/2006, e Resolução Nº 007/2019-CPJ, de 06/06/2019, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 021/2023-MPPA/7ºPJ/ATM, SIMP 000049-808/2023, que se encontra à disposição na Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, Nº 2785, Bairro Esplanada do Xingu, em Altamira/PA.

Polo Ativo: Ministério Público do Estado do Pará, Claudiney da Silva Ribeiro.

Polo Passivo: Equatorial Pará Distribuidora de Energia.

Objeto: Acompanhar, de forma continuada, as políticas públicas relacionadas à instalação de energia elétrica no Travessão Itaboca 2, zona rural de Altamira/PA.

Altamira/PA, 24 de julho de 2023.

Monique Nathyane Coelho Queiroz—Promotora de Justiça

Protocolo: 967124

INQUÉRITO CIVIL PORTARIA Nº 33/2023-MP/5ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA, titular, no uso de suas atribuições de defesa do meio ambiente, patrimônio cultural, habitação, urbanismo, consumidor e outros, vem no pleno uso de suas funções constitucionais previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o art. 8º, §1º, da Lei nº. 7. 347/1985, art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, com base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução 007/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça RESOLVE instaurar Inquérito Civil com objetivo de apurar os danos socioambientais e as responsabilidades eventualmente decorrentes da suposta atividade de poluição sonora provocadas pelo estabelecimento Santo Graau, de propriedade de Devaldo Valente, e pelo imóvel de Maria Creuza Santos.

POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO: ESTABELECIMENTO SANTO GRAAU, DE PROPRIEDADE DE DEVALDO VALENTE, E PELO IMÓVEL DE MARIA CREUZA SANTOS.

Marituba, 21 de julho de 2023.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (5ª Promotora de Justiça Cível e Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Marituba).

Protocolo: 967188

INQUÉRITO CIVIL PORTARIA Nº 34/2023-MP/5ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA, titular, no uso de suas atribuições de defesa do meio ambiente, patrimônio cultural, habitação, urbanismo, consumidor e outros, vem no pleno uso de suas funções constitucionais previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o art. 8º, §1º, da Lei nº. 7. 347/1985, art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, com base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução 007/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça RESOLVE instaurar Inquérito Civil com objetivo de apurar os danos socioambientais e as responsabilidades eventualmente decorrentes da suposta atividade de poluição sonora provocadas pelo estabelecimento Conveniência Farinha de Bragança, de propriedade de Antonio Sergio da Paixão Pereira.

POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO: ESTABELECIMENTO CONVENIÊNCIA FARINHA DE BRAGANÇA, DE PROPRIEDADE DE ANTONIO SERGIO DA PAIXÃO PEREIRA.

Marituba, 21 de julho de 2023.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (5ª Promotora de Justiça Cível e Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Marituba).

Protocolo: 967197

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PORTARIA 35/2023-MP/5ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Dra. Eliane Cristina Pinto Moreira, titular da 5ª Promotora de Justiça Cível de Marituba, vem no pleno uso de suas funções constitucionais previstas no art. 129, II, da Constituição Federal de 1988, no art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993 e com

base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, resolve instaurar o presente procedimento administrativo.

POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO

POLO PASSIVO: MUNICÍPIO DE MARITUBA

OBJETO DA APURAÇÃO: com o objetivo de acompanhar as providências em curso pelo Município de Marituba para o tratamento da demanda referente aos imóveis edificadas em área pública anexa ao Abrigo João de Deus.

Marituba, 21 de julho de 2023.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (5ª Promotora de Justiça Cível e Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Marituba).

Protocolo: 967208

Extrato da PORTARIA Nº 020/2023-MP-3º PJ/MA/PC/HU – bel

O 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL E HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, torna pública a Portaria que Instaura o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001353-7 na Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº 36- Anexo I-térreo-Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Data da Instauração: 25/07/2023

Objeto: ausência de saneamento básico na Rua Presidente Dutra, bairro Tapanã.

Promotor de Justiça: DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS

Protocolo: 967216

PORTARIA Nº 3957/2023-MP/PGJ

O PROCURADOR—GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO que o artigo 127 da Constituição Federal preconiza como atribuição do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses Sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO os termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como os termos do artigo 22, inciso IV e & 4º da Lei 8.666/1993;

CONSIDERANDO a formalização do Contrato nº. 057/2023—MP/PA, que visa preencher os cargos vagos de estágio no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º, incisos I e VI, da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); e CONSIDERANDO os termos constante do pedido protocolizado sob o nº “SIP” nº 8476/2023, em 12/06/2023;

R E S O L V E:

I — INSTITUIR, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, o Grupo de Trabalho Operacional de Processos Seletivos de Estagiários, para atuar nas atividades inerentes a esse certame, a contar de 19 de junho de 2023.

II — DESIGNAR para compor o Grupo de Trabalho Operacional de Processo Seletivo de Estagiários no âmbito do MPPA, os servidores ocupantes do cargo de Auxiliar de Administração, lotados na Divisão de Desenvolvimento de Pessoal do Departamento de Recursos Humanos:

a) CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS;

b) BÁRBARA VEIGA FERREIRA;

c) AKÁSSIA FERNANDA DA SILVA RIBEIRO;

d) ALEXANDRE DA SILVEIRA SAMPAIO NETO;

e) ANA BEATRIZ PEDROSO BOTELHO PICANÇO;

f) LORENA BRITO CÂMARA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 18 de julho de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 967163

INQUÉRITO CIVIL PORTARIA Nº 32/2023-MP/5ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA, titular, no uso de suas atribuições de defesa do meio ambiente, patrimônio cultural, habitação, urbanismo, consumidor e outros, vem no pleno uso de suas funções constitucionais previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o art. 8º, §1º, da Lei nº. 7. 347/1985, art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, com base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução 007/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça RESOLVE instaurar Inquérito Civil com objetivo de apurar os danos e responsabilidades socioambientais da Empresa ADIBENS – ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS LTDA em razão dos fatos objeto do Auto de Infração 1-S/21-12-00574, lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO: EMPRESA ADIBENS – ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS LTDA Marituba, 21 de julho de 2023.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (5ª Promotora de Justiça Cível e Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Marituba).

Protocolo: 967158

PORTARIA Nº 4024/2023-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o n.º 3645/2023, R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora GILMARA RODRIGUES SILVA SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, para exercer a função gratificada de Chefe de Apoio da Ouvidoria-Geral do Ministério Público, a contar de 08/03/2023.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 21 de julho de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 967232